

# Nota Informativa

Edição 121/2023

## DESTAQUES

Novo PAC prevê R\$ 6,5 bilhões para levar conexão wifi a 140 mil escolas públicas

Programa de conectividade do MEC exige 1 Mbps por aluno e prioridade para fibra

CNI e Sebrae renovam Procomp e vão injetar R\$ 24 milhões em projetos para MPEs

## TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

“Quando se pensa em levar conectividade construindo Infovias sem impacto ambiental, é um grande avanço”

Cultura adia apresentação de relatório sobre regulação do VoD

Banco do Brasil inicia testes com o Drex, o Real Digital

Brasil tem Internet mais resiliente da América do Sul, aponta índice

Velocidade de acesso à internet no Brasil salta 1.786% em 5 anos

## REFORMA TRIBUTÁRIA

Redução de custos para empresas após Reforma Tributária pode demorar

Reforma tributária: Alcolumbre confirma Eduardo Braga como relator do texto no Senado

Prefeitos pedem que reforma tributária garanta “percentual mínimo” de arrecadação

Alíquota-padrão do IVA ficará entre 25,45% e 27%, calcula Fazenda

Relator da tributária sinaliza mudanças no Conselho Federativo

Exceções na reforma tributária podem elevar o novo Imposto sobre Valor Agregado a 27%, diz Fazenda

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ministro Luis Roberto Barroso é eleito presidente do STF

Entenda a disputa que pode mudar o comando de agências reguladoras

Senado aprova quatro novos indicados para o CNMP

## **ECONOMIA E TRIBUTÁRIO**

PAC pode ter R\$ 5 bi fora da meta fiscal

Novo PAC deve chegar a 240 bi de investimento público

Alíquota de serviços aos municípios deve ser de 5%, dizem prefeitos

Relator do arcabouço fiscal na Câmara vê 'espaço' para discutir texto na próxima semana

## **JUDICIÁRIO**

Representantes da Suprema Corte do Quênia discutem uso da tecnologia em visita ao STJ

Supremo Tribunal Federal aprova Proposta de Orçamento para 2024

## **ORÇAMENTO**

CMO aprova crédito de R\$ 25,9 milhões para três ministérios

CMO aprova lista de audiências para adaptar LDO 2024 ao arcabouço fiscal

## **POLÍTICA**

Eduardo Gomes anuncia comissão para estudar projeto sobre inteligência artificial

Senadores se preparam para instalar três subcomissões de Comunicação

Comissão aprova MP do salário mínimo e inclui correção da tabela do IR

Governo apresentará novo PAC em cada Estado após lançamento nacional

Comissão aprova plano de trabalho da lei de diretrizes orçamentárias de 2024

Novo PAC abre leque de modelagens para soluções de interesse público, diz Rui Costa a líderes do Congresso

Desoneração da folha: relatora na Câmara articula tramitação de urgência para que projeto vá direto ao plenário da Casa

Partidos dizem a Lira que estão prontos para votar novo PL das Fake News, mas ele resiste

## **RELAÇÕES EXTERIORES**

Seminário debate cooperação internacional para implantar novas tecnologias em telecomunicações no Brasil

## **DESTAQUES**

## **Novo PAC prevê R\$ 6,5 bilhões para levar conexão wifi a 140 mil escolas públicas**

Poder Executivo | 08/08/2023

O programa do governo federal para levar conectividade para as escolas públicas de todo o País, com investimentos totais de R\$ 6,5 bilhões, vai fazer parte do novo Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), que será lançado na sexta-feira, 11. O anúncio foi feito na terça-feira, 8, pelo Ministro das Comunicações, Juscelino Filho. “O objetivo é prover internet com velocidade suficiente para uso pedagógico, em 100% das escolas públicas brasileiras”, afirmou, durante entrevista ao vivo transmitida pela revista Exame. O programa é fruto de uma parceria entre os ministérios das Comunicações e da Educação. Ao todo, cerca de 140 mil escolas serão atendidas com conexão wifi de, no mínimo, 50 Mbps (megabits por segundo). Parte dos investimentos, R\$ 3 bilhões, virá dos recursos que já foram arrecadados pelo último leilão do 5G. O projeto também contará com recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

## **Programa de conectividade do MEC exige 1 Mbps por aluno e prioridade para fibra**

Poder Executivo | 08/08/2023 – 20h11min

O Ministério da Educação (MEC) publicou na terça-feira, 8, no Diário Oficial da União (DOU) as novas regras de funcionamento da Política de Inovação de Educação Conectada (PIEC). A política prevê repasse de recursos para as escolas públicas de educação básica adquirirem pacotes e infraestrutura de conectividade. As conexões destas escolas devem ter link de Internet com velocidade mínima de 1 Mbps por estudante no maior turno. No caso das escolas que possuam número de alunos menor que 50 estudantes por turno ou maior que 1.000 alunos por turno, devem ser respeitadas, sempre que possível, a velocidade mínima de 50 Mbps e a máxima de 1 de Gbps por escola. O MEC orienta ainda que as escolas que receberem recursos do programa para aquisição de serviços de conectividade devem priorizar os provedores que ofertem conexão por meio da tecnologia da fibra óptica. Havendo indisponibilidade de cobertura da velocidade mínima e da tecnologia, o link de Internet deverá ser com a maior velocidade disponível na região e estar adequada ao orçamento disponível na PIEC. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

## **CNI e Sebrae renovam Procomp i e vão injetar R\$ 24 milhões em projetos para MPES**

Mercado | 08/08/2023

O Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias (Procomp i) foi renovado até 2026. Realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae), os projetos do novo ciclo vão priorizar transformação digital, sustentabilidade, governança corporativa e Indústria 4.0. As instituições vão injetar R\$ 24 milhões na nova fase do programa. Os eixos do novo ciclo foram definidos com base nos desafios socioambientais do país com o objetivo de trazer a sustentabilidade para o centro da proposta de valor dos negócios e necessidade de modernização da indústria com a incorporação das novas tecnologias digitais. O objetivo do Procomp i continua o mesmo: encontrar soluções para problemas coletivos das MPES industriais, com foco na redução de custos e no aumento da produtividade e da competitividade. De 2000 até o último ciclo, que terminou em 2021, o programa já beneficiou mais de 8.900 empresas. Cerca de 60% implementaram ações de inovação e 34% reduziram custos. Fonte: Portal da Indústria

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

## **TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

## “Quando se pensa em levar conectividade construindo Infovias sem impacto ambiental, é um grande avanço”

Poder Executivo | 09/08/2023 – 11h16min

A conservação da Floresta Amazônica e preservação do Meio Ambiente é fundamental para Aline Lemos e todos os que vivem no Quilombo Passagem, no município de Monte Alegre (PA). “Quando se pensa em viabilizar conectividade de populações tradicionais e, com isso, também em diminuir os impactos ambientais, para a gente é uma grande satisfação. É por isso que brigamos e lutamos todos os dias: para que as nossas florestas estejam de pé”, explica a líder quilombola. O território quilombola onde Aline vive com seus dois filhos faz parte de um dos municípios da Região Amazônica beneficiados pelo Programa Norte Conectado, que irá levar conectividade aos brasileiros, preservando 68 milhões de árvores na Região. Com investimento total de R\$ 1,3 bilhão, o Programa vai implementar oito Infovias com cabos compostos por 24 pares de fibra óptica, beneficiando 10 milhões de brasileiros em 59 municípios dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. Fonte: ASCOM MCOM

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## Cultura adia apresentação de relatório sobre regulação do VoD

Poder Executivo | 09/08/2023

O Ministério da Cultura deu mais 15 dias para que o grupo de trabalho criado para elaborar uma proposta de regulação do streaming (video on demand, ou VoD) apresente seus resultados. A portaria de prorrogação do prazo saiu na quarta-feira, 9, no Diário Oficial. O GT foi criado em 7 de junho, com a missão de propor regras para a presença de conteúdo brasileiro nas plataformas de streaming, sobre remuneração de direitos autorais, propriedade intelectual e questões regulatórias. Os trabalhos deveriam ser concluídos um mês após a constituição do GT, prorrogável por mais um mês. Integram o grupo representantes da Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura; da consultoria Jurídica da Pasta; da Secretaria do Audiovisual, responsável por coordenar o GT; da Secretaria de Direitos Autorais e Intelectuais; e da Agência Nacional do Cinema (Ancine). Fonte: Tele Síntese

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## Banco do Brasil inicia testes com o Drex, o Real Digital

Mercado | 09/08/2023

O Banco do Brasil anunciou a instalação de seu nó validador na rede blockchain, que será utilizada para o piloto do Drex, nome escolhido pelo Banco Central para o real digital, a versão tokenizada da moeda brasileira. A iniciativa do BB marca o início dos testes e, a partir de agora, o BB poderá criar tokens para simular transações com outros bancos e verificar se o ambiente de negociação é capaz de oferecer escalabilidade, interoperabilidade, segurança e privacidade para o uso da moeda virtual. Em nota, o banco estatal afirmou que a sua participação no piloto ratifica o compromisso da instituição em assumir uma postura de vanguarda na adoção de tecnologias e inovações para o mercado financeiro. Marisa Reghini, vice-presidenta de negócios digitais e tecnologia do BB, destacou que o BB é uma das instituições que mais investe em TI no Brasil e que tem atuação destacada em projetos conduzidos pelo BC, como Pix e Open Finance. Com o Real Digital não haveria de ser diferente. O Drex será a porta para acesso à economia tokenizada. O tokens poderão ser registrados na rede do Real Digital e a liquidação das negociações será feita com moeda segura emitida pelo Banco Central. Com isso, uma infinidade de inovações e casos de uso poderão ser estruturados, com segurança regulatória e a robustez do Sistema Financeiro Nacional. Fonte: Abranet

## Brasil tem Internet mais resiliente da América do Sul, aponta índice

Mercado | 08/08/2023 – 18h56min

A Internet Society (organização global e beneficente que trabalha na defesa da Internet aberta, conectada globalmente e segura) lançou o Índice de Resiliência da Internet (IRI) na terça-feira, 8. Na América do Sul, o destaque foi o Brasil como primeiro colocado no ranking regional, acima de países como Chile, Argentina e Uruguai – os líderes da região em índice de desenvolvimento humano (IDH). A ferramenta (disponível no site da organização) oferece um balanço com dados de 170 países de todo o mundo. De acordo com a Internet Society, uma conexão de Internet é considerada resiliente quando mantém um nível aceitável de serviço diante de falhas e desafios à operação normal. Os países são classificados de zero a 100% – quanto maior a nota, melhor. O Brasil obteve pontuação geral de 56% no IRI, ocupando o primeiro lugar na região da América do Sul. O País também alcançou 65% no quesito prontidão de mercado. Essa foi a melhor nota de toda a América, acima do Canadá (59%), Estados Unidos (52%), Argentina (53%) e México (43%) – que juntos compõem o rol das cinco maiores economias do continente com o Brasil. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## Velocidade de acesso à internet no Brasil salta 1.786% em 5 anos

Mercado | 08/08/2023

A velocidade do acesso à internet saltou 18x no Brasil em apenas cinco anos graças à expansão das redes de fibra óptica e melhoria do backbone nacional. Em junho deste ano, a velocidade do acesso à internet era de 415 Mbps, apontam dados da Anatel. Em junho de 2018, era de 22 Mbps. Ao mesmo tempo, a quantidade de clientes saltou, embora proporcionalmente menos. Passou de 30,4 milhões para 46,39 milhões, pelos dados oficiais – extraoficialmente, há quem diga que existem mais de 50 milhões de assinantes de banda larga no país. O cenário, portanto, é de crescimento de cerca de 53% da base de clientes, e de incríveis 1.786% na velocidade média contratada pelo brasileiro. Como isso foi possível sem um colapso? A resposta está na tecnologia. Em 2018, ainda predominavam no país os acessos xDSL, baseados no cobre da telefonia fixa, e no cabo coaxial. Os provedores de todos os portes contrataram equipamentos G-PON, de fibra óptica, e multiplicam desde então a velocidade entregue aos clientes. Fonte: Tele Síntese

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## REFORMA TRIBUTÁRIA

### Redução de custos para empresas após Reforma Tributária pode demorar

Poder Legislativo | 09/08/2023 – 13h

A aprovação da Reforma Tributária é uma demanda antiga, que atravessa diferentes setores e traz a expectativa de redução de custos com pessoal e liberação de recursos para investimentos em produção. Com a aprovação do texto que unifica cinco impostos sobre consumo, na madrugada de 7 de julho pela Câmara dos Deputados, as empresas contam com uma simplificação de procedimentos. Mas a PEC (proposta de emenda à Constituição) ainda precisa passar no Senado. Um estudo de 2020 do Centro de Cidadania Fiscal —que tem o secretário do Ministério da Fazenda Bernard Appy como um dos fundadores— costuma ser mencionado pela equipe da Reforma Tributária para dimensionar impactos setoriais e macroeconômicos da medida. O texto inclui simulações sobre a produtividade, como a redução de custos administrativos e do contencioso (disputas) tributário. Em um cenário mais conservador (em que a produtividade do capital leve a uma alta de 12% do

Produto Interno Bruto potencial, isto é, da capacidade de oferta da economia), uma reforma teria impactos positivos sobre o setor automobilístico (23,6%), de equipamentos eletrônicos e informática (21,6%) e de biocombustíveis (20,9%), entre outros. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Reforma tributária: Alcolumbre confirma Eduardo Braga como relator do texto no Senado**

Poder Legislativo | **09/08/2023 – 11h20min**

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), anunciou na quarta-feira (9) oficialmente o nome do senador Eduardo Braga (MDB-AM) como relator da reforma tributária no Senado. A proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados em julho. Na semana passada, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), entregou o texto do projeto para o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A tramitação da PEC no Senado se dará em duas etapas. Primeiro, a proposta passará pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Depois de analisado pelo colegiado, seguirá para o plenário. Por se tratar de uma PEC, o texto terá de passar por dois turnos de votação para ser aprovado. No Senado, o quórum de aprovação é de 49 favoráveis. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) também fará as audiências públicas sobre o tema. O nome do senador Eduardo Braga para relatoria da proposta já havia sido anunciado, mas na quarta (9) ocorreu a indicação formal. A previsão é que o plano de trabalho seja apresentado na próxima quarta (16). Fonte: G1 notícias

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Prefeitos pedem que reforma tributária garanta “percentual mínimo” de arrecadação**

Poder Executivo | **08/08/2023 – 22h16min**

Preocupados com a tramitação da reforma tributária, prefeitos de diversas cidades do país se reuniram com o relator do texto no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), e com o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para encaminhar uma lista de pleitos. A principal preocupação da Frente Nacional dos Prefeitos é com uma eventual perda de arrecadação. Os municípios pedem que haja a definição de um percentual mínimo a ser distribuído. Eles sugerem que 25% do bolo tributário seja direcionado às cidades e que, caso o patamar não seja cumprido, governo federal e estados garantam a compensação. A FNP argumenta que é preciso “evitar o colapso da oferta de serviços públicos”. Além disso, os prefeitos pedem que haja a instituição do “IBS municipal”, sob a justificativa de que eles precisam administrar diretamente o tributo. Para a FNP, isso permitiria “maior governabilidade das cidades sobre suas receitas”. O pedido entra em choque com a própria ideia da reforma, que prevê justamente unificar impostos para simplificar a estrutura tributária do país. Fonte: CNN Brasil

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Alíquota-padrão do IVA ficará entre 25,45% e 27%, calcula Fazenda**

Poder Executivo | **08/08/2023 – 20h03min**

Um dos principais pontos de dúvida na tramitação da reforma tributária no Senado, a alíquota-padrão do futuro Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual ficará entre 25,45% e 27%, após a introdução de exceções pela Câmara dos Deputados. No entanto, a tributação sobre o consumo cairá em relação aos 34,4% cobrados atualmente. O cálculo foi apresentado na terça-feira (8) pelo Ministério da Fazenda. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, distribuiu os cálculos ao relator da reforma no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM). Segundo o parlamentar, essa era uma reivindicação dos senadores para analisar o impacto das exceções incluídas pela Câmara dos Deputados e “melhorar” a proposta. Os cálculos

foram realizados com base na premissa da reforma de não elevar a carga tributária (peso dos tributos sobre a economia). Para que a arrecadação dos tributos sobre o consumo continue em 12,45% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos), a soma das alíquotas da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) deverá ficar na faixa estipulada pelo estudo. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Relator da tributária sinaliza mudanças no Conselho Federativo**

Poder Legislativo | 08/08/2023 – 19h22min

O relator da reforma tributária no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), afirmou na 3ª feira (8.ago.2023) que o poder de veto no Conselho Federativo só poderá ser utilizado com anuência de representantes de 80% da população. A fala sinaliza uma mudança na forma como o colegiado foi definido na PEC (Proposta de Emenda à Constituição) na Câmara. “Para ter poder de veto tem de ter a representação de 80% da população brasileira. Porque aí ninguém vai poder excluir o Nordeste, excluir o Norte, excluir as pequenas cidades”, disse Braga. “Se é para incluir a população vamos incluir a população de verdade. Senão vamos ter o critério da paridade puro e simples”. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Exceções na reforma tributária podem elevar o novo Imposto sobre Valor Agregado a 27%, diz Fazenda**

Poder Legislativo | 08/08/2023 – 17h45min

As exceções aprovadas pela Câmara dos Deputados na reforma tributária devem elevar o futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA) a até 27%, segundo estimativa do governo. Pela reforma, o IVA será dual: vai reunir cinco impostos hoje existentes em dois novos, um de competência federal e outro com gestão compartilhada entre estados e municípios. Em entrevista ao g1 e à TV Globo, o secretário extraordinário da pasta para a reforma, Bernard Appy, adiantou que a pasta entregaria o estudo ao Senado com o custo das exceções abertas na reforma – ou seja, dos bens e serviços que não serão sujeitos à alíquota cheia do novo modelo de impostos. Essas exceções se dividem em três grupos, pelo texto que tramita atualmente: cobrança reduzida, equivalente a 40% da chamada “alíquota padrão” que valerá para os demais setores; alíquota zero, em itens como os da cesta básica, por exemplo; ou regimes específicos para setores como o financeiro, o imobiliário e o de combustíveis. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

### **Ministro Luis Roberto Barroso é eleito presidente do STF**

Poder Judiciário | 09/08/2023 – 15h30min

O ministro Luis Roberto Barroso foi eleito, na quarta-feira (9), para o cargo de presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). A partir de setembro, Barroso vai comandar a Corte pelo período de dois anos. A data da posse ainda não foi definida. A eleição do ministro foi realizada de forma simbólica pelo plenário da Corte. Atualmente, Barroso ocupa o cargo de vice-presidente e seria o próximo integrante do STF a presidir o tribunal. Barroso assumirá o cargo após a ministra Rosa Weber, atual presidente, deixar o cargo. Em setembro, a ministra completará 75 anos e atingirá a idade para aposentadoria compulsória. O próximo vice-presidente será Edson Fachin. Ao ser saudado pela eleição, Barroso declarou que será honroso chefiar o Judiciário brasileiro. “Recebo com imensa humildade

essa tarefa que me é confiada e consciente do peso dessa responsabilidade. Pretendo dignificar a cadeira", afirmou. A saída de Rosa Weber permitirá que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva faça a segunda indicação para a Corte no terceiro mandato dele. O primeiro indicado foi o ministro Cristiano Zanin. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Entenda a disputa que pode mudar o comando de agências reguladoras

Poder Legislativo | 09/08/2023 – 06h

O plenário do TCU (Tribunal de Contas da União) deve julgar nas próximas semanas representação que pode mexer com o comando de 5 de 11 agências reguladoras. O processo está na Corte desde janeiro de 2022 e trata do tempo de mandato do presidente da Anatel (Telecomunicações), Carlos Baigorri, indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no final de 2021 –entenda o caso mais abaixo. A decisão sobre o caso pode provocar um efeito cascata. Abreviaria os mandatos em 5 agências reguladoras (Aneel, Anatel, Anvisa, ANS e Ancine). O processo é relatado pelo ministro Walton Alencar Rodrigues. Analisa se nomeados para o cargo de diretor-presidente dos órgãos podem ter 5 anos de mandato, como estabelecido na lei, mesmo quando já ocupavam a Diretoria Colegiada das agências.

Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Senado aprova quatro novos indicados para o CNMP

Poder Legislativo | 08/08/2023 – 19h52min

O Senado aprovou na terça-feira (8) quatro indicações para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). As indicações, feitas pela Procuradoria-Geral da República, já haviam sido aprovadas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em julho, após a sabatina dos indicados. Não é necessária sanção presidencial nesse tipo de deliberação. Um dos aprovados é Jaime Cassio Miranda (OFS 7/2023). Pós-graduado em direito internacional dos conflitos armados, foi oficial da Força Aérea Brasileira (FAB) e é procurador da Justiça Militar. Atualmente já ocupa uma vaga no CNMP, com mandato de 2022 a 2024. A indicação foi aprovada com 54 votos favoráveis, 3 contrários e 3 abstenções. Também aprovado para compor o CNMP, Moacyr Rey Filho (OFS 8/2023) é mestre em direito e promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, onde já atuou em diversas áreas da promotoria. Atualmente já ocupa uma vaga no CNMP, com mandato de 2021 a 2023. Votaram a favor da indicação 56 senadores. Houve dois votos contrários e duas abstenções.

Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

### PAC pode ter R\$ 5 bi fora da meta fiscal

Poder Executivo | 09/08/2023 – 07h38min

O governo federal propôs ao Congresso retirar R\$ 5 bilhões de despesas de estatais federais com obras do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do limite fiscal de 2024. A medida foi incluída em mensagem modificativa ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enviada pelo governo ao Congresso na segunda-feira. No comunicado que altera a LDO, o governo define que esse abatimento seria retirado do Programa de Dispêndios Globais (PDG), que é a peça orçamentária das empresas estatais federais não dependentes de recursos do Tesouro Nacional. O governo promete lançar o novo PAC na sexta-feira, no Rio. Pela proposta desenhada pela Casa Civil, o programa deve ter um orçamento de R\$ 240 bilhões durante toda a atual gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, sem



contar os recursos das estatais. Embora o valor represente cerca de R\$ 60 bilhões ao ano - menos de 1% do PIB -, a ideia dos aliados de Lula é mostrar que o governo petista pretende investir mais do que Jair Bolsonaro (PL) fez nos últimos quatro anos. Fonte: Gaúcha ZH

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Novo PAC deve chegar a 240 bi de investimento público**

Poder Executivo | 08/08/2023 – 17h59min

O novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que será lançado esta semana pelo governo federal, tem previsão de R\$ 240 bilhões em recursos públicos federais para os próximos quatro anos. Os fundamentos do programa estão sendo apresentados na terça-feira (8) aos líderes do Congresso pelos ministros da Casa Civil, Rui Costa, e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Além dos recursos do orçamento da União, o novo PAC contará com recursos das estatais, financiamento dos bancos públicos e do setor privado, por meio de concessões e parcerias público-privadas. Segundo o senador Cid Gomes, líder do PDT no Senado, o total investido deverá chegar a R\$ 1 trilhão em quatro anos, incluindo os investimentos da Petrobras. “Os grandes investimentos estruturantes já foram propostos pelos estados e os ministérios também discutiram seus programas estruturantes, o que compõe a primeira etapa do PAC. Uma outra rodada deverá acontecer em setembro, a partir de um chamamento de propostas a serem apresentadas por estados e municípios”, disse Gomes. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Alíquota de serviços aos municípios deve ser de 5%, dizem prefeitos**

Poder Executivo | 08/08/2023 – 17h40min

Uma das principais sugestões da FNP (Fundo Nacional de Prefeitos) para a reforma tributária é que o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) nos municípios tenha alíquota de 5%. Para os prefeitos, essa seria uma forma de evitar que as cidades percam autonomia. “A alíquota que for estabelecida do IBS dos municípios seja de 5%, porque isso garante que os municípios não perderão”, disse Edvaldo Nogueira (PDT), presidente da FNP e prefeito de Aracaju (SE). “Da maneira que está posto, com a reforma aprovada pela Câmara dos Deputados, os municípios perdem autonomia e podem perder recursos”. O IBS substituirá o ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) e o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), criando um único imposto. Tanto o ISS quanto o ICMS são fontes de receita para os municípios. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Relator do arcabouço fiscal na Câmara vê 'espaço' para discutir texto na próxima semana**

Poder Legislativo | 08/08/2023 – 14h41min

O relator do arcabouço fiscal na Câmara dos Deputados, Claudio Cajado (PP-BA), afirmou na terça-feira (8) que vê “espaço” para discutir o texto na próxima semana. A proposta deve substituir o teto de gastos, em vigor desde 2017. “Me parece que a pauta desta semana tem vários itens, com relatórios apresentados, e como temos espaço, até o [final do] mês de agosto há espaço para que se possa discutir essa matéria na semana que vem”, disse. O texto do novo marco fiscal já foi aprovado pela Câmara, mas passou por mudanças durante a tramitação no Senado e, por isso, precisa ser analisado pelos deputados novamente. Na semana passada, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), adiou a votação por tempo indefinido. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## JUDICIÁRIO

### Representantes da Suprema Corte do Quênia discutem uso da tecnologia em visita ao STJ

Poder Judiciário | 08/08/2023 – 21h18min

A delegação da Suprema Corte do Quênia que está em Brasília para conhecer o sistema de Justiça brasileiro fez uma visita às dependências do Superior Tribunal de Justiça (STJ) na tarde de terça-feira (8) e participou de uma discussão sobre o emprego da tecnologia nas cortes. Pela manhã, a delegação foi recebida pela presidente do STJ, ministra Maria Thereza de Assis Moura. Durante o debate, os participantes relataram experiências e compartilharam boas práticas que ajudaram a consolidar a área de tecnologia da informação em ambos os tribunais. O secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do STJ, Humberto Pradera, apresentou a estrutura de tecnologia do tribunal, ressaltando os esforços para oferecer um serviço seguro. "A segurança cibernética não pode ser considerada uma responsabilidade exclusiva da instituição; o usuário precisa estar ciente dos riscos e evitar trazer inseguranças para a rede do tribunal", afirmou o secretário. Fonte: ASCOM STJ

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Supremo Tribunal Federal aprova Proposta de Orçamento para 2024

Poder Judiciário | 08/08/2023 – 20h41min

Por unanimidade de votos, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou na terça-feira (8) a proposta do Orçamento da Corte para 2024, no valor de R\$ 897.877.951, sendo: - R\$ 590.078.889 referentes às despesas obrigatórias (Pessoal - R\$ 532.901.161 e Benefícios - R\$ 57.177.728) - R\$ 247.649.901 referentes às despesas discricionárias (demais despesas de custeio e investimentos); e - R\$ 60.149.161 para despesas financeiras (Encargos Sociais). A proposta, aprovada em sessão administrativa virtual, será enviada ao Congresso Nacional, a quem cabe a votação do Orçamento da União. Fonte: ASCOM STF

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## ORÇAMENTO

### CMO aprova crédito de R\$ 25,9 milhões para três ministérios

Poder Legislativo | 08/08/2023 – 17h30min

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou na terça-feira (8) o projeto que abre crédito adicional suplementar de R\$ 25,9 milhões em favor dos ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovações, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e das Mulheres. O PLN 14/2023, do Poder Executivo, recebeu voto favorável da relatora, a senadora Augusta Brito (PT-CE), e segue agora para análise no Plenário do Congresso Nacional. A presidente da CMO é a senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB). Segundo a exposição de motivos do governo, R\$ 21,5 milhões irão atender despesas relacionadas às atividades de manutenção e funcionamento da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Já R\$ 899 mil serão empregados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que é vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, para o atendimento do compromisso assumido perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos na reparação às comunidades quilombolas de Alcântara (MA). Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### CMO aprova lista de audiências para adaptar LDO 2024 ao arcabouço fiscal

Poder Legislativo | 08/08/2023 – 17h25min

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou plano de trabalho com audiências públicas sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o Orçamento do ano que vem (PLN 4/2023). Autor do plano, o relator da LDO 2024, deputado Danilo Forte (União-CE), disse que os parlamentares terão que adaptar a peça orçamentária às mudanças trazidas pelo chamado novo arcabouço fiscal apresentado pelo governo Lula ao Congresso. — Estamos diante de uma situação diferenciada. O arcabouço é que vai determinar o comportamento fiscal e o Orçamento do país para 2024. (...) o relatório final da LDO só pode ser votado após a conclusão da votação do arcabouço fiscal pelo Congresso Nacional — explicou o relator. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## POLÍTICA

### Eduardo Gomes anuncia comissão para estudar projeto sobre inteligência artificial

Poder Legislativo | 09/08/2023 – 11h33min

O senador Eduardo Gomes (PL-TO) informou em pronunciamento na quarta-feira (8) que deverá ser criada uma comissão especial para debater o Projeto de Lei (PL 2.338/2023), que regulamenta o uso de inteligência artificial (IA), já em tramitação no Senado. Requerimento nesse sentido, de sua autoria, foi incluído na pauta de quarta-feira (9) da Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD), que preside. O projeto a ser discutido na comissão especial sugerida por Eduardo Gomes é de autoria do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que, como presidente da Casa, assinou o anteprojeto apresentado pela comissão especial de juristas que estudou o tema no âmbito do Senado. Eduardo Gomes disse em Plenário que a nova comissão será instalada em dois dias e será presidida pelo senador Carlos Viana (Podemos-MG). — Estamos na expectativa, para os próximos dois dias, de termos a instalação definitiva desta comissão que analisará esse projeto de lei. [...] São assuntos inerentes ao mundo da tecnologia, em especial a inteligência artificial — disse Eduardo Gomes. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Senadores se preparam para instalar três subcomissões de Comunicação

Poder Legislativo | 09/08/2023

A Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) do Senado Federal realizou a primeira reunião deliberativa na quarta-feira, 9. O presidente do colegiado, Eduardo Gomes (PL-TO), afirmou que pretende criar todas as três subcomissões as quais o grupo tem direito e recomendou que os integrantes iniciem as sugestões. Gomes reforçou que tem recebido muitas demandas, entre elas, as temáticas de proteção de dados, inteligência artificial e Direito do Consumidor. Considerando que sua gestão terá dois anos, ele pretende implementar as subcomissões “o mais rápido possível”. Entre as recomendações, o presidente do colegiado também citou o comércio eletrônico. “Há uma demanda gigante, por exemplo, com relação ao e-commerce e uma série de outras atividades que conversam diretamente com a necessidade de regulação e de compreensão do que é o direito digital”, afirmou o senador. Além das sessões semanais regulamentares, o presidente da CCDD afirma que vai convocar reuniões semipresenciais toda quinta-feira. Fonte: Canal Rural

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Comissão aprova MP do salário mínimo e inclui correção da tabela do IR

Poder Legislativo | 08/08/2023 – 21h15min

A comissão mista que analisou a medida provisória (MP 1172/23) que estabelece o valor do salário mínimo em R\$ 1.320 aprovou, por unanimidade, o texto do relator, deputado Merlong Solano (PT-PI). Além de incluir no texto uma política permanente de correção do mínimo, o relator incorporou a correção da tabela do Imposto de Renda à proposta. Conforme explica Merlong Solano, a política de correção do salário mínimo foi enviada ao Congresso pelo próprio Executivo e retoma os critérios de governos anteriores do PT, vigentes entre 2007 e 2019. “Uma vez aprovada pelo Congresso Nacional, a proposta funcionará assim: além da inflação do ano anterior, a cada mês de janeiro o salário mínimo será reajustado também pelo crescimento da economia, ou seja, do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes do reajuste”, explicou. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Governo apresentará novo PAC em cada Estado após lançamento nacional**

Poder Executivo | **08/08/2023 – 20h30min**

O ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) disse na 3ª feira (8.ago.2023) a deputados e senadores que o governo pretende lançar em cada Estado a carteira de obras específicas do Novo PAC para cada um deles. Na 6ª feira (11.ago.2023), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lançará o novo Programa de Aceleração do Crescimento, que terá o nome “Novo PAC Desenvolvimento e Sustentabilidade”. Padilha e o ministro Rui Costa (Casa Civil) se reuniram na 3ª feira (8) com líderes partidários e com os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para apresentar os principais eixos do novo programa que terá foco em parcerias de financiamento entre os setores público e privado. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Comissão aprova plano de trabalho da lei de diretrizes orçamentárias de 2024**

Poder Legislativo | **08/08/2023 – 20h15min**

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou na terça-feira (8) o plano de trabalho para avaliar e votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLN 4/2023) para a elaboração do Orçamento federal de 2024. A análise do relatório preliminar do deputado Danilo Forte (União-CE) foi adiada depois de acordo entre os líderes partidários da comissão. O plano prevê a realização de várias audiências, uma delas com a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. A CMO quer ouvir representantes da sociedade civil, além de realizar debates estaduais nas cinco regiões brasileiras até 22 de setembro. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Novo PAC abre leque de modelagens para soluções de interesse público, diz Rui Costa a líderes do Congresso**

Poder Executivo | **08/08/2023 – 18h26min**

A três dias de o presidente Lula lançar o ‘Novo PAC Desenvolvimento e Sustentabilidade’, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, esteve nas residências oficiais do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e da Câmara, Arthur Lira, e recebeu líderes das duas Casas ao lado do ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, no Palácio do Planalto, para apresentar os principais eixos do programa. Na oportunidade foram destacadas as modelagens de parcerias entre o setor público e privado que vão compor o financiamento e a execução do Novo PAC. “Nós temos como alicerce o viés da transição ecológica. Estamos promovendo o desenvolvimento com sustentabilidade. Este é o foco determinado desde o início pelo presidente Lula”, afirmou Rui Costa. Conforme detalhou o ministro da Casa Civil, as obras que compõem o Novo PAC foram definidas levando em

consideração as prioridades apontadas por estados e ministérios, bem como novas iniciativas de obras estruturantes. Também foram incorporadas as obras que estavam paradas, as com andamento lento e as já em execução. Rui Costa mostrou todo o processo de construção e definição do novo programa. “Fizemos com cada governador pelo menos quatro reuniões para montar o conjunto de propostas contempladas dentro do Novo PAC, discutimos com cada ministério e inovamos ao trazer para o programa projetos alinhados com o que hoje o mundo está voltado – a transição ambiental”. O ministro disse ainda que conta com os parlamentares na mobilização de prefeitos e governadores para os chamamentos que serão lançados. Ele destacou ainda que o Novo PAC também terá foco em concessões públicas e Parcerias Público-Privadas. Fonte: ASCOM Casa Civil

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Desoneração da folha: relatora na Câmara articula tramitação de urgência para que projeto vá direto ao plenário da Casa**

Poder Legislativo | 08/08/2023 – 17h22min

A relatora do projeto que prorroga até 2027 a desoneração da folha de pagamento na Câmara dos Deputados, Any Ortiz (Cidadania-RS), articula para que a proposta vá ao plenário da Casa e possa ter aprovação final ainda neste mês. A deputada teme que a proposta possa se arrastar até o fim do ano caso a urgência para a tramitação não seja aprovada. A desoneração da folha de pagamento permite que até 17 setores que são os maiores empregadores no país paguem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários. Entre eles: têxtil, calçados, construção civil, call center, comunicação, empresas de construção civil, fabricação de veículos, tecnologia e transportes.

Fonte: O Globo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Partidos dizem a Lira que estão prontos para votar novo PL das Fake News, mas ele resiste**

Poder Legislativo | 08/08/2023

A proposta fatiada do PL 2630 das Fake News venceu resistências de deputados na Câmara. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), contudo, quer colocar para votação apenas quando o texto final da proposta for acordado. Na terça-feira, 8, o Estadão conversou com deputados de diferentes espectros ideológicos, incluindo parlamentares da bancada evangélica, de esquerda, da direita e da frente digital. Em comum, os deputados dos mais variados partidos disseram que, em linhas gerais, não se opõem ao PL 2370/2019, de autoria da deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e relatado pelo deputado Elmar Nascimento (União-BA). Lira já foi informado desse novo cenário. O texto prevê o pagamento de direitos autorais por conteúdos audiovisuais publicados na internet, além de remuneração a ser paga pelas plataformas digitais a veículos da imprensa. “A não ser que tenha um ‘jabuti’ (inserção de um tema sem conexão com o projeto)”, afirmou o presidente da Frente Parlamentar Evangélica, Silas Câmara (Republicanos-AM) à reportagem. O deputado votou a favor do regime de urgência do PL das Fake News, mas se posicionou de forma contrária ao mérito do PL das Fake News relatado pelo deputado Orlando Silva (PCdoB-SP). Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **RELAÇÕES EXTERIORES**

### **Seminário debate cooperação internacional para implantar novas tecnologias em telecomunicações no Brasil**

Poder Executivo | 09/08/2023 – 11h55min

A abertura do seminário Open Networks - Conceitos, diagnósticos e experiências internacionais, foi realizada na manhã da quarta (9), em Brasília (DF), com a presença de representantes e autoridades do Brasil e do Japão. A secretária executiva do Ministério da Comunicações (MCom), Sônia Faustino, reforçou a importância da parceria entre os países no atual momento de retomada da indústria brasileira. “Não são desafios fáceis, mas essas iniciativas da Anatel revestem especial importância na medida em que nos obriga a antecipar soluções, discutir saídas e elaborar coletivamente os conceitos e normas das novas tecnologias. Nenhum ambiente melhor do que esse aqui da Anatel contando com essa parceria com o Japão, na linha de pesquisa e desenvolvimento”, sintetizou. Para a secretária, a Anatel possui um dos mais respeitados quadros de especialistas de comunicação e telecomunicação em nosso país e é o melhor ambiente para tratar desse tema complexo para o país: “Parabênize mais uma vez pela iniciativa e desejo que as discussões aqui travadas tragam elementos que contribuam para o desenvolvimento do setor e para o país”. Fonte: ASCOM MCOM

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF  
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: [foco@foco-legislativo.com.br](mailto:foco@foco-legislativo.com.br)